

FISCALIZAÇÃO:

modernização,
agilidade,
crescimento da quantidade,
expansão da qualidade,

Jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

Os debates e as conclusões levantados nos dois Encontros Regionais de Fiscalização, realizados, em 2011, não deixam dúvida. A fiscalização farmacêutica está expandindo-se, modernizando-se e melhorando a sua qualidade, em todo o País. O conjunto de medidas adotadas pelos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia para o setor deram um impulso expressivo à atividade fiscalizadora. O resultado imediato da performance da fiscalização está na assistência farmacêutica prestada, nas farmácias comunitárias, que apresenta indicadores de crescimento numérico e melhora na qualidade dos serviços profissionais. Os Encontros, que tiveram por tema central *Padronizando Ações para Fiscalizar com Qualidade*, foram realizados, em Vitória (das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste), em julho; e em Salvador (das regiões Norte e Nordeste), em junho.



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos: “É uma oportunidade de se debater a Farmácia, sob os mais diferentes pontos de observação, e um importante momento para que possamos refletir sobre o papel social de nossa Profissão”.

O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, entende que os Encontros vão além da atividade fiscalizadora. “É uma oportunidade de se debater a Farmácia, sob os mais diferentes pontos de observação, e um importante momento para que possamos refletir sobre o papel social de nossa Profissão. Somos farmacêuticos. É nosso dever trabalhar em função da saúde; é nossa obrigação orientar a população sobre o uso correto do medicamento e sobre questões de saúde, no âmbito da atenção básica, assim como é nosso dever, ao assumir a atividade de fiscalização,

orientar nosso colega sobre a melhor aplicabilidade do seu trabalho. A saúde, no Brasil, necessita do seu trabalho de orientação. Só assim, é possível ter uma farmácia melhor, com qualidade nos produtos e serviços”, declarou Souza Santos.

Os Encontros radiografaram a situação da fiscalização farmacêutica, com precisão, neste País continental de 142.841 farmacêuticos inscritos nos 27 Conselhos Regionais de Farmácia. A partir das informações levantadas, os Conselhos terão elementos para ajustar as suas rotas fiscalizadoras.



Vice-presidente do CFF, Walter Jorge, ressalta a capacidade que os Encontros têm de fazer um diagnóstico da realidade da fiscalização

O Coordenador dos eventos e responsável pelo setor de fiscalização, no Conselho Federal de Farmácia, Walter da Silva Jorge João, Vice-Presidente do CFF, entende o ciclo de Encontros como “um marco”, por trazer elementos que ajudarão cada Regional a fazer um diagnóstico do setor e a adotar estratégias para a sua melhoria. Ele fez questão, ao discursar na abertura do Encontro realizado, em Vitória (ES), de

chamar a atenção para a inclusão da tecnologia no ato de fiscalização.

Nos Encontros, fiscais e diretores de Conselhos abordaram um vasto universo de sub-temas, como fiscalização eletrônica, a padronização de procedimentos, a falsificação e outras irregularidades envolvendo o medicamento; as responsabilidades dos Conselhos à luz da Lei 3820/60, entre outros. Outro enriquecedor dos eventos foi a troca de experiências entre fiscais de todas as regiões.

A questão da política adotada pelo CFF, de transformar a fiscalização num ato de orientação e de estreitamento entre o farmacêutico fiscalizado com o seu CRF, por meio do fiscal,

foi uma das mais abordadas. “É importante que os fiscais entendam que a atividade de fiscalização não tem um caráter de punição, e sim, tem o dever da orientação. A saúde, no Brasil, necessita do seu trabalho de orientação. Só assim, é possível ter uma farmácia melhor, com qualidade nos produtos e serviços”, reforçou o Presidente do CFF.

ORGANIZAÇÃO - Os Encontros foram organizados pela Comissão de Fiscalização do CFF, composta por Walter da Silva Jorge João (PA), Mary Jane Limeira de Oliveira (MA), Presidente e Conselheira Federal pelo Maranhão, Carlos Roberto Merlin (SC), Everson Augusto Krum (PR) e Guilherme Carvalho dos Reis (GO).



Farmacêutica
Mary Jane Limeira
de Oliveira



Farmacêutico
Carlos Merlin



Farmacêutico
Everson Augusto Krum



Farmacêutico
Guilherme
Carvalho dos Reis

ENTREVISTA COM

Mary Jane Limeira de Oliveira,
Presidente da Comissão de Fiscalização do CFF
e Conselheira Federal de Farmácia pelo Maranhão

Os novos passos da fiscalização farmacêutica

A revista PHARMACIA BRASILEIRA ENTREVISTOU a Presidente da Comissão de Fiscalização do CFF, Mary Jane Limeira de Oliveira, Conselheira Federal pelo Maranhão. Ela explicou sobre os novos passos dados pela fiscalização; os avanços no cumprimento da política do Conselho Federal, segundo a qual o fiscal deve assumir, também, funções de porta-voz do CRF junto ao farmacêutico

fiscalizado e deste junto ao Regional, além de ser, ainda, um orientador de quem ele fiscaliza. Para a Dra. Mary Jane, a fiscalização está crescendo em níveis desejáveis. Cita que as condições de trabalho dos fiscais melhorou expressivamente, com a disponibilização de mais automóveis para a atividade fiscalizadora, mais computadores e contratação de mais farmacêuticos para a função. Como uma tem relação direta com a outra, o crescimento da fiscalização está resultando na expansão da assistência farmacêutica, quer seja do ponto de vista da quantidade, como da qualidade dos serviços profissionais prestados, nas farmácias comunitárias. **VEJA A ENTREVISTA.**



Mary Jane Limeira de Oliveira, Presidente da Comissão de Fiscalização do CFF e Conselheira Federal de Farmácia pelo Maranhão

PHARMACIA BRASILEIRA - Dra. Mary Jane, há uma política do Conselho Federal de Farmácia em curso segundo a qual a fiscalização farmacêutica deve agregar outros sentidos, como a orientação ao farmacêutico fiscalizado, em vez de focalizar apenas ato fiscalizador em si e na punição. Essa nova política está sendo seguida, em todo o País? Que resultados ela está trazendo?

Mary Jane Limeira de Oliveira - O trabalho da Comissão de Fiscalização (COFISC) do Conselho Federal de Farmácia tem sido conduzido, no sentido de capacitar os fiscais a desenvolverem essa política, nos Conselhos Regionais. O que temos observado é que os CRFs estão trabalhando para implementar esta política, o que tem provocado uma maior interação e aproximação do farmacêutico com a Instituição.

PHARMACIA BRASILEIRA - A mesma política do CFF prevê que o

fiscal seja um elo, um porta-voz do Conselho Regional onde ele atua junto ao farmacêutico fiscalizado, e vice-versa. Assim, o fiscal leva as demandas de um para o outro. O fiscal tem conseguido cumprir esse seu novo papel?

Mary Jane Limeira de Oliveira - O fiscal tem, sim, conseguido levar a orientação necessária aos farmacêuticos nas diversas áreas de atuação, assim como trazer as demandas dos colegas para os Conselhos Regionais, o que tem proporcionado subsídio aos CRFs para o direcionamento das atividades desenvolvidas, principalmente, no que se refere à capacitação profissional.

PHARMACIA BRASILEIRA - A assistência farmacêutica está diretamente relacionada à fiscalização. Quanto mais há fiscalização, mais crescem e melhoram os indicadores relacionados à assistência farmacêutica. A assistência, nas farmácias comunitárias, está crescendo, em todo o País? A Comissão de Fiscalização do CFF tem dados que ilustram o crescimento?

Mary Jane Limeira de Oliveira - Sim, a assistência farmacêutica, nas farmácias comunitárias, está crescendo, no País inteiro e, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste, até porque, nas regiões Sul e Sudeste, a assistência já está estabilizada num patamar bastante alto e desejável. O trabalho desenvolvido pela fiscalização dos Regionais tem ampliado bastante a prestação da assistência, em todos os Estados.

As regiões Sul e Sudeste, como eu disse, têm um índice de presta-

ção de assistência farmacêutica mais elevado, variando de 80% a 90%. Já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentam um percentual que varia de 30% a 70%. Eu gostaria de destacar o crescimento da assistência, no Norte e Nordeste, porque ele representa mudanças profundas na atividade profissional relacionada à prestação desses serviços e no esforço dos Conselhos Federal e Regionais de promoverem e cobrarem resultados nessa área.

PHARMACIA BRASILEIRA - A fiscalização farmacêutica está conseguindo desenvolver ações conjuntas com as vigilâncias estaduais e municipais e com o Ministério Público? Por que essas ações são benéficas? E quais são as maiores dificuldades em realizá-las?

Mary Jane Limeira de Oliveira - Os Conselhos Regionais têm procurado apoio das instituições que possuem poder de coibir a ilegalidade das empresas ou estabelecimentos farmacêuticos, principalmente, na área de farmácias e drogarias, e vêm realizando ações conjunta com o Ministério Público, vigilâncias municipais, estaduais e Federal e Procon.

E vem obtendo êxito, com dobramentos positivos para o profissional e principalmente para a população que tem direito a uma assistência farmacêutica efetiva. A maior dificuldade em algumas localidades é a adesão destes órgãos à luta dos Conselhos, para regularizar o grande número de farmácias ilegais existentes principalmente, nas regiões Norte e Nordeste.

ENTREVISTA COM

Mary Jane Limeira de Oliveira,

Presidente da Comissão de Fiscalização do CFF
e Conselheira Federal de Farmácia pelo Maranhão

PHARMACIA BRASILEIRA - O fiscal farmacêutico lida, diariamente, com uma enorme diversidade de segmentos profissionais. Ele pode sair de um laboratório de citopatologia e entrar em uma indústria farmacêutica e, dali, numa farmácia comunitária com e sem manipulação para, depois, fiscalizar uma farmácia hospitalar. Pressupõe-se que ele seja multiqualificado, pois atua numa Profissão com 74 diferentes atividades, todas elas regulamentadas pelo CFF. Fale sobre a qualificação dos fiscais. Ela é diferenciada?

Mary Jane Limeira de Oliveira

- O CFF, por meio da COFISC, realiza anualmente Encontros de fiscalização para promover a capacitação dos fiscais e a padronização da fiscalização, o que traz maior segurança ao trabalho desenvolvido por eles (os fiscais). Além destes Encontros, os Regionais promovem a capacitação dos fiscais, de forma diferenciada, para atender à demanda e à política interna do seu Regional.

PHARMACIA BRASILEIRA - Como a fiscalização farmacêutica está lidando com questões, como a falsificação, pirataria e outras irregularidades envolvendo o medicamento?

Mary Jane Limeira de Oliveira - Os fiscais foram capacitados para detectar estas irregularidades. Uma vez encontradas, a fiscalização orienta qual o procedimento a ser tomado e o encaminha ao setor competente, dentro dos seus Regionais, para que possam comunicar, por escrito, as autoridades competentes.

PHARMACIA BRASILEIRA - “Padronizando ações para fiscalização com qualidade” foi o tema dos Encontros Regionais de Fiscalização, realizados, em 2011. Que ações estão sendo padronizadas? Qual a importância da padronização? E quando se chega à fiscalização com qualidade?

Mary Jane Limeira de Oliveira

- A realidade dos Conselhos, de uma região para a outra, é muito diferente. Entretanto, existe uma só legislação para todos e o que a COFISC busca, nestes Encontros, é promover a interação dos Regionais, a troca de experiência entre os mesmos e, dentro do possível, padronizar estas ações.

As regiões Norte e Nordeste, por suas extensões territoriais e processo de ocupação, apresentam dificuldades que não são comuns, em outros Estados. As distâncias são maiores, a malha viária é menor, sem contar que o deslocamentos de fiscais, principalmente no Norte, é feito, muitas vezes, por meio de barcos. Assim, a logística e as experiências são diferentes, o que só tende a contribuir para uma maior qualidade da fiscalização.

No Centro-Oeste, Sul e Sudeste, também, temos grandes distâncias a serem percorridas pelos fiscais, algumas dificuldades de locomoção. E temos os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, que concentram o maior número de profissionais e de fiscais. Este é outro tipo de desafio que deve ser conhecido e compartilhado.

Sendo o conceito muito subjetivo, entendemos que qualidade, na fiscalização, nada mais é do que a excelência no trabalho desenvol-

vido em conformidade com a legislação. As principais atividades que estão sendo padronizadas, através de Procedimento Operacional Padrão (POP), são recebimento e encaminhamento de denúncias, procedimentos para pré-ética, procedimentos para autuações, procedimentos para casos de licença médica, férias e cursos, fiscalização noturna, final de semana e feriado, estabelecimento fechado com destino ignorado, uso do termo de intimação, entre outros.

É importante destacar que, os dois Encontros realizados, em 2011, foram realizados em formato de oficinas em que houve a participação de todos os Regionais para a elaboração desses POPs.

PHARMACIA BRASILEIRA - A senhora pode falar sobre a implementação da tecnologia na fiscalização?

Mary Jane Limeira de Oliveira - A tecnologia está fortalecendo a fiscalização, está dando-lhe agilidade e modernidade; está melhorando as condições de trabalho dos fiscais. Estamos implantando a fiscalização eletrônica móvel, o que dará condições ao fiscal de aplicar a Ficha de Verificação do Exercício Profissional, com mais precisão.

A Ficha traz informações sobre as atividades desenvolvidas pelo farmacêutico fiscalizado, o que dá ao fiscal a possibilidade de captar a qualidade da assistência prestada, nas farmácias comunitárias, e não apenas a presença do profissional, no estabelecimento. Acreditamos que, em 2012, a fiscalização eletrônica esteja implantada na maioria dos Conselhos Regionais.